

## **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS**

**Inquérito Civil n. 06.2012.00007420-6**

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, representado, neste ato, pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Alexandre Schmitt dos Santos; a **Fundação Jaraguense de Meio Ambiente – FUJAMA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 07.622.131/0001-50, representada neste ato por seu Presidente, Ivo Schmitt Filho, e **Curt Roesel**, brasileiro, separado judicialmente, aposentado, portador da CI n. 370.259-SSP/SC, inscrito no CPF sob o n. 248.804.859-34, residente e domiciliado na Rua Prefeito José Bauer nº 1597, Bairro Três Rios do Sul, nesta Cidade; autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e art. 89 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, e:

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, em face do disposto no art. 129, inciso III, da Constituição Federal, o órgão público encarregado de promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO ser a FUJAMA, em face do disposto no artigo 1º, XIX e XXX, da Lei Complementar n. 41/2005, órgão público municipal encarregado de fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente e orientar sua recuperação, bem como promover todas as medidas administrativas necessárias à responsabilização dos causadores de poluição ou degradação ambiental, atuando e aplicando as penalidades previstas em lei;

CONSIDERANDO que compete à FUJAMA o controle, a fiscalização e o licenciamento ou a exigência deste, quando da instalação de atividades que comportem risco efetivo ou potencial para a qualidade de vida e do meio ambiente, conforme incisos XVII, XXVI e XXIX, do artigo 1º, do Dispositivo Legal acima citado;

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça Inquérito Civil, autuado sob o n. 06.2012.00007420-6,

instaurado para investigar supressão de vegetação e obras de terraplanagem no imóvel situado na Rua Prefeito José Bauer, Bairro Três Rios do Sul, nesta Cidade;

CONSIDERANDO que, durante a instrução do feito, concluiu-se que não houve supressão de vegetação nativa, apenas irregularidades na execução das obras de terraplanagem;

CONSIDERANDO que o investigado foi notificado pelo Município (Notificação nº 013957/2012) a recuperar a área de preservação permanente danificada com as obras de terraplanagem, mediante a apresentação de Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD à FUJAMA;

CONSIDERANDO que o investigado protocolou PRAD na FUJAMA, que restou devidamente homologado, nos termos da Autorização Ambiental nº 041/2013;

CONSIDERANDO que não foi exigida medida de compensação ambiental por se tratar de área de pastagem, desprovida de vegetação, sendo que, segundo a FUJAMA, a execução do PRAD assegurará melhores condições ambientais à área do que antes da intervenção;

CONSIDERANDO que o PRAD não foi cumprido integralmente, tendo o investigado abandonado a área em recuperação, o que gerou a emissão de Auto de Infração (AIA 189/2019) e aplicação de multa, pela FUJAMA, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

CONSIDERANDO que o investigado quitou a multa, porém não apresentou novo Projeto de Recuperação de Área Degradada;

CONSIDERANDO que o PRAD foi apenas parcialmente executado, eis que diversas mudas pereceram e não foram substituídas, restando a necessidade de recuperação da área;

CONSIDERANDO, afinal, as funções institucionais do Ministério Público, dentre as quais se destaca a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, para lavrar com os interessados termo de compromisso de ajustamento de condutas às exigências legais, previsto nos artigos 127 e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal, no artigo 25, inciso IV, alínea "a", da Lei n. 8.625/93, artigo 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000 e, ainda, no artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85.

## **RESOLVEM**

Formalizar, neste instrumento, Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA 1ª:** Compromete-se **Curt Roesel**, no prazo de 60 dias, a contar da assinatura do presente, a protocolar, na FUJAMA, Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD), elaborado por profissional habilitado, prevendo o cercamento da área degradada, permitindo sua regeneração natural, bem como a apresentação de relatórios anuais, pelo período de 3 (três) anos;

Parágrafo 1º: Caso a FUJAMA exija adequações no PRAD, compromete-se Curt Roesel a providencia-las, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data em que tomar ciência da decisão do órgão municipal;

Parágrafo 2º: Uma vez homologado o PRAD, compromete-se Curt Roesel a executá-lo, cumprindo rigorosamente o cronograma de implantação aprovado pela FUJAMA;

Parágrafo 3º: Compromete-se Curt Roesel, assim que o Projeto de Recuperação de Área Degradada estiver aprovado, a encaminhar cópia ao Ministério Público, para que seja juntado ao procedimento de acompanhamento do Termo de Ajustamento de Condutas;

**CLÁUSULA 2ª:** Compromete-se a **FUJAMA** a fiscalizar o cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma de execução do PRAD, apresentando relatórios anuais à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Jaraguá do Sul;

**CLÁUSULA 3ª:** Compromete-se o **Ministério Público** a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra o compromissário, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de condutas seja cumprido;

**CLAÚSULA 4ª:** O descumprimento dos compromissos previstos nas cláusulas acima facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título;

**CLAÚSULA 5ª:** Em caso de descumprimento injustificado das obrigações previstas nas cláusulas acima descritas, o compromissário incorrerá em multa correspondente a R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, a ser recolhida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados – FRBL (Banco do Brasil, agência 3582-3, conta corrente 63.000-4, CNPJ n. 76.276.849/0001-54);

Assim, justos e acertados, firmam as partes o presente termo de compromisso em 03 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, tão logo homologado pelo egrégio Conselho Superior do Ministério Público, consoante dispõe o artigo 49 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Jaraguá do Sul, 25 de maio de 2022.

Alexandre Schmitt dos Santos  
Promotor de Justiça

Ivo Schmitt Filho  
Presidente da FUJAMA

Curt Roesel